

Na corda bamba de sombrinha: a Educação Física no fio da história na base nacional comum curricular do ensino médio

RESUMO

O objetivo desse ensaio foi analisar as implicações da BNCC do Ensino Médio para a Educação Física Escolar em reflexividade dialógica e dialética pela análise histórica e política. Por meio de constatações teórica-empíricas, mostramos uma ampla denúncia sobre os interesses neoliberais envolvidos na concepção educativa da reforma do Ensino Médio, já que essa política educacional sistematiza uma educação a serviço do capital, com um reflexo nefasto para a formação crítica e reflexiva das juventudes. Assim, a Educação Física perde cada vez mais espaço, seja pelo seu caráter optativo efetivado pelos “estudos e práticas” do componente curricular; pelo rebaixamento de sua carga horária; por sua falta de legitimidade na sociedade contemporânea; ou por seus princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos que se distanciam de uma educação eficiente pautada na Pedagogia das competências. Por fim, defendemos a revogação da BNCC e a organização coletiva de um novo documento curricular.

PALAVRAS-CHAVE: Reformas neoliberais; Ensino médio; Base nacional comum curricular; Educação física escolar

Luan Gonçalves Jucá

Especialista em Educação Inclusiva
Universidade Federal do Vale do São Francisco, Departamento de Educação Física, Petrolina, Pernambuco, Brasil
luanjucaedf@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2242-2779>

Daniel Teixeira Maldonado

Doutor em Educação Física
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Jacareí, SP, Brasil
danielmaldonado@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-0420-6490>

Samara Moura Barreto

Doutora em Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil
samara.abreu@ifce.edu.br
<http://orcid.org/0000-0003-1198-5602>

Walking the tightrope: Physical Education on the wire of history in high school national common curricular basis

ABSTRACT

The objective of this essay was to analyze the implications of High School NCCB for Physical Education in dialogical and dialectical reflexivity through historical and political analysis. Through theoretical-empirical findings, we show a broad denunciation of neoliberal interests involved in the educational conception of the High School reform, since this educational policy systematizes an education at the service of capital, with a disastrous reflection for critical and reflective formation of youths. Thus, Physical Education loses more and more space, either because of its optional character effected by “studies and practices” of the curricular component; lowered workload; lack of legitimacy in contemporary society; or epistemological, political and pedagogical principles that distance themselves from an efficient education based on Competence Pedagogy. Finally, we support the revokement of the NCCB, and the collective organization of a new curriculum.

KEYWORDS: Neoliberal reforms; High school; National common curricular basis; School physical education

En la cuerda floja con el paraguas: la Educación Física en el límite de la historia en la base del currículo común nacional de la escuela secundaria

RESUMEN

El objetivo de este ensayo fue analizar las implicaciones de la BNCC de Enseñanza Media para la Educación Física Escolar en la reflexividad dialógica y dialéctica por medio del análisis histórico y político. Mediante hallazgos teórico-empíricos, mostramos una amplia denuncia de los intereses neoliberales involucrados en la concepción educativa de la reforma, ya que esta política educativa sistematiza una educación al servicio del capital. Así, la Educación Física pierde cada vez más espacio, ya sea por su carácter optativo efectuado por los “estudios y prácticas” del componente curricular; por la reducción de su carga de trabajo; por su falta de legitimidad en la sociedad contemporánea; o por sus principios epistemológicos, políticos y pedagógicos que se distancian de una educación eficiente basada en la Pedagogía de las competencias. Finalmente, defendemos la derogación de la BNCC y la organización colectiva de un nuevo documento curricular.

PALABRAS-CLAVE: Reformas neoliberales; Escuela secundaria; Base curricular nacional común; Educación física escolar

INTRODUÇÃO

*Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar
Azar, da esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar*

(O bêbado e a equilibrista – A autoria de João Bosco e Aldir Blanc interpretada por Elis Regina)

Na música “O bêbado e a equilibrista”, Elis Regina apresenta uma narrativa muito presente nos lamentáveis anos da ditadura cívico-militar no Brasil, que perdurou entre 1964 a 1985, principalmente quando a artista nos faz pensar que os(as) militantes que lutavam contra o regime ditatorial imposto na época, estavam sempre na corda bamba, pois se “as manchas torturadas”, dor da censura, das mortes e de um futuro antidemocrático era insuportável, todos e todas que lutavam contra essa realidade sombria sabiam que precisavam se “equilibrar” em suas ações revolucionárias para não ser mais um(a) dos(das) desaparecidos(as) ou silenciados(as) daquele contexto histórico – “Choram Marias e Clarices no solo do Brasil”.

Após quase 30 anos de regime democrático vividos no Brasil e a ascensão de um governo com princípios populares (gestão Lula-Dilma 2003-2016), instalou-se um golpe jurídico-midiático-parlamentar que mudou os rumos das políticas públicas no país (SAVIANI, 2018). Ao tomar o poder, uma das primeiras ações de Michel Temer foi promulgar a reforma do Ensino Médio por medida provisória, escancarando um processo de política educativa neoliberal, que apenas se intensificou durante o governo neoconservador, destrutivo e pífio de Jair Bolsonaro (2019-2022),

Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi promulgada e as suas intencionalidades político-pedagógicas potencializaram reformas educacionais em todo território brasileiro. Grupos empresariais e conservadores se alinharam no discurso para defender o referido currículo nacional, produzindo uma educação acrítica, bancária, desigual, completamente submissa ao mercado de trabalho contemporâneo, no qual o(a) trabalhador(a) se torna empreendedor(a) de si mesmo(a) para sobreviver (MOTTA; FRIGOTTO, 2017).

A BNCC do Ensino Médio materializa a política curricular neoconservadora desenhada por grupos que sistematizaram uma “ponte para o passado”, reforçando cada vez mais as desigualdades educacionais entre as elites e as classes subalternizadas no Brasil (MOURA; BENACHIO, 2021). Enfim, aqueles e aquelas que sempre defenderam uma educação humanizada, crítica, politécnica e

transformadora, mais uma vez se encontraram na corda bamba de sombrinha, resgatando as piores experiências promovidas pelos militares após o golpe de 1964.

Esse ensaio reflexivo apresentado não incorpora uma curiosidade ingênua dos autores e da autora desse texto como as palavras disseminadas por pessoas que defendem a terra plana ou que as vacinas causam câncer, mas estabelece relações com uma curiosidade epistemológica que se movimenta entre os saberes da experiência e os saberes científicos, dando sentido a uma epistemologia da práxis. Nesse movimento, a literatura científica enfatizou e problematizou essa realidade em diversos dossiês e publicações, como é possível observar no quadro a seguir.

Quadro 1 – Dossiês publicados sobre a reforma do Ensino Médio no Brasil

Retratos de Escola – v. 11, n. 20, 2017.	A reforma do Ensino Médio em questão	https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/30
Educação & Sociedade – v. 38, n. 139, 2017.	Centralidade do Ensino Médio no contexto da nova “ordem e progresso”	https://www.scielo.br/j/es/i/2017.v38n139/
e-Mosaicos, v. 8, n. 19, 2019.	Ensino Médio: passos e impasses na atualidade	https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/issue/view/2198
Trabalho Necessário - v. 19, n. 39, 2021.	A reforma do Ensino Médio na contramão da democracia	https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/issue/view/2497
Retratos de Escola – v. 16, n. 34, 2022.	O que esperar do Novo Ensino Médio?	https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/44
Retratos de Escola – v. 16, n. 35, 2022.	A implementação do Novo Ensino Médio nos Estados	https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/issue/view/45
Eccos – n. 62, 2022.	Políticas para o Ensino Médio em tempos de hegemonia conservadora	https://periodicos.uninove.br/eccos/issue/view/992

Fonte: construção dos autores e autora.

O que existe em comum entre essas publicações é a crítica consistente sobre as implicações catastróficas da política educacional efetivada para os(as) jovens após a deliberação do “novo Ensino Médio” e publicação da BNCC desse ciclo de escolarização, como pode ser exemplificado pelos estudos de Ferreira (2017), Silva e Araújo (2021) e Ramos e Paranhos (2022).

Portanto, a partir das análises produzidas por Corrêa, Thiesen e Hentz (2022), enfatizamos que a publicação científica especializada produziu uma ampla denúncia sobre os interesses neoliberais envolvidos na concepção educativa da reforma do Ensino Médio, já que essa política educacional sistematiza uma educação a serviço do capital, com um reflexo nefasto para a formação crítica das juventudes, especialmente os(as) estudantes da classe trabalhadora que frequentam a escola pública, tornando eles e elas, na perspectiva de Freire (2013), oprimidos e oprimidas.

Como não poderia ser diferente, essa realidade apontada anteriormente causou abalos significativos para a Educação Física no Ensino Médio, pois o componente curricular, que serviu ao capital para formar uma juventude “forte”, saudável” e “acrítica” durante um vasto período histórico, também se tornou descartável para esse modelo educacional, pois as relações de trabalho atuais não exigem mais esse tipo de sujeito almejado anteriormente pelas elites dominantes. Por óbvio, a BNCC desse ciclo de escolarização deixa essa área de conhecimento no “fio da história”.

Estas medidas ainda presentes no campo educacional – BNCC e Reforma do Ensino Médio (Lei.13.415/2017) e suas formas de implementação no país desconfiguram os princípios educativos da Educação Física Escolar para emancipação, pois sucumbem a universalização de conhecimentos e consolidam a precarização do trabalho, em extravio de um projeto de apreensão cultural em referência da ética e estética como dimensão humana tão necessárias à formação de juventudes (BARRETO, 2023).

Vale salientarmos que de acordo com Moraes (2023), em leitura dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no que se refere à escolaridade, um milhão de jovens da faixa etária de 15 a 17 anos permanece sem vínculo escolar e dois milhões aproximadamente ainda estão no Ensino Fundamental, compreendendo o total de 28,6% daqueles(as) que estão fora da etapa do Ensino Médio. Soma-se a essa conjuntura política a alta taxa de desemprego juvenil que alcançou recorde em 2021: 41,88% entre indivíduos de 14 a 17 anos e 26,8% entre os que têm de 18 a 24 anos. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do 1º trimestre de 2023 reafirmam essa realidade¹.

Assim, o objetivo desse ensaio foi analisar as implicações da BNCC do Ensino Médio para a Educação Física enquanto componente curricular obrigatório da Educação Básica em reflexividade dialógica e dialética pela análise histórica e política.

¹ Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/05/pnad-terceiro-trimestre.pdf>

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO NO FIO DA HISTÓRIA

Por incrível que possa parecer, os(as) pesquisadores da Educação Física não deram, até o momento, a atenção necessária para a realidade do componente curricular no Ensino Médio brasileiro após as reformas neoliberais de 2016. Um indício dessa realidade é que das revistas mais importantes da área sociocultural e pedagógica, apenas a *Motrivivência* publicou uma edição especial (intitulada como Educação Física no Ensino Médio) para problematizar a referida temática no ano de 2017². Destacamos também o dossiê organizado pela Revista *Conexões* intitulado “Os desafios da Educação Física em tempos de ataque a educação³” que perpassou sobre o tema, mas nenhum dos artigos discutiu as reformas educativas neoliberais para a Educação Física Escolar, como seria urgente e necessário para o momento histórico que vivemos.

Especificamente sobre a reforma do Ensino Médio, dialogamos com Gariglio, Almeida Júnior e Oliveira (2017), Molina Neto *et al.*, (2017), Souza e Ramos (2017) e Molina Neto (2023) para enfatizar que a Educação Física perde cada vez mais espaço nesse ciclo de escolarização, seja pelo seu caráter optativo efetivado pelos “estudos e práticas” do componente curricular, por sua falta de legitimidade em uma sociedade em que o mundo do trabalho não requer mais corpos fortes e saudáveis, seja seus princípios epistemológicos, políticos e pedagógicos, que se distanciam de uma educação eficiente, avaliada por testes e que leve em consideração apenas os saberes que formam as juventudes para se adaptar às demandas empreendedoras do trabalho contemporâneo.

Mais recentemente, Silva e Silveira (2023) mencionam que a reforma do Ensino Médio produziu diferentes injustiças curriculares, favorecendo e intensificando as condições de possibilidade para a negação da Educação Física Escolar como direito atrelado à Educação Básica e à formação humana integral, configurando-se em um problema de justiça social.

Em contraste de valoração/validação da comunidade científica da Educação Física, a Revista Brasileira de Educação Física Escolar (REBESCOLAR) publicou um número especial em que autores e autoras analisaram o impacto da reforma e da BNCC do Ensino Médio no oferecimento das aulas do referido componente curricular nos Institutos Federais (ARAÚJO; ROCHA; 2022; VELLOSO; MALDONADO; FREIRE, 2022), assim como apresentaram reflexões analíticas sobre os livros didáticos da Educação Física que foram produzidos para os(as) estudantes desse ciclo de escolarização (MARTINS; FARIAS; ABREU, 2022), mostrando sérios indícios de uma política

² Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/issue/view/2543>

³ Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/issue/view/1700>

curricular precarizada, acrítica e neoliberal, que resgata discursos empoeirados da função social do componente curricular para a formação das juventudes.

Nessa conjuntura, ao pesquisarmos as matrizes curriculares nos documentos oficiais publicados e disponibilizados com acesso livre nas mídias oficiais das respectivas Secretarias de Educação de todos os estados brasileiros no mês de janeiro ano de 2023, ratificamos essa realidade apontada pelos(as) autores(as) mencionados anteriormente. Encontramos 13 documentos que apresentavam informações referentes à distribuição da carga horária da Educação Física no Ensino Médio regular, sendo três da região nordeste (Maranhão, Piauí e Sergipe); cinco da região norte (Acre, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins); dois da região sudeste (Espírito Santo e São Paulo) e três da região sul (Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Não obtivemos nenhum documento curricular que apontava a distribuição do total de aulas de Educação Física na região centro-oeste. Os documentos estão disponíveis no quadro a seguir.

Quadro 2 - Matrizes curriculares e portarias disponibilizadas na íntegra

Título do documento	Estado e Página(s) com a informação	Link de acesso
Plano de implementação da reforma curricular do Ensino Médio	Maranhão Página – 21	https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/pdfs/PLIMA.pdf
Currículo do Piauí	Piauí Páginas 137 – 156 – 175	https://www.seduc.pi.gov.br/arquivos/diretrizes/13-novo%20ensino%20medio%20Caderno01_Curriculo_Piaui.pdf
Portaria nº 4807/2021/ SEDUC de 29 de novembro de 2021	Sergipe Página – 12	https://siae.seduc.se.gov.br/siae.servicefile/api/File/Downloads/de6ecf7f-a7b1-4f4a-90db-e4501e694f74#:~:text=2%C2%BA%20O%20Curr%C3%ADulo%20do%20Ensino,oferta%20de%20diferentes%20arranjos%20curriculares.&text=Formativos%3B%20e.c)%203%C2%BA%20ano%3A%20400%20horas%20para%20a%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20Geral%20B%C3%A1sica,horas%20para%20os%20Itiner%C3%A1rios%20Formativos
Currículo de referência único do Acre	Acre Página – 135	https://drive.google.com/file/d/1IzF9w_VQcbEnGywqoy86wc8mQXgChniS/view
Referencial Curricular Amazonense de Ensino Médio	Amazonas Página – 24	https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/05/RCA-Ensino-Medio.pdf
Caderno Orientador para Nucleação da Formação Geral Básica – Etapa Ensino Médio	Pará Página – 13	https://www.seduc.pa.gov.br/site/public/upload/arquivo/probncc/CADERNO_FGB_04_05_2022-5e3ce.pdf

Portaria nº 3037 de 31 de março de 2022	Rondônia Página – 21	https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2022/07/PORTARIA-N.-3037-2022-Implanta-Matrizes-Curriculares-Unificadas-do-Novo-Ensino-Medio-Escolas-Publicas-Estaduais.pdf
Secretaria de Educação do Estado do Tocantins – Estruturas Curriculares	Tocantins Página – 1	https://www.to.gov.br/seduc/estruturas-curriculares/6lb64nqsl0o
Portaria nº 279R – de 6 de dezembro de 2021	Espírito Santo Página – 22	https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/279-R-Organiza%C3%A7%C3%B5es%20Curriculares%20de%202022-1.pdf
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo – Matriz Curricular do Ensino Médio	São Paulo Página – 6	https://novoensinomedio.educacao.sp.gov.br/assets/docs_ni/Matrizes_Novo_Ensino_Medio.pdf
Instrução normativa conjunta nº 008/2021-DEduc/DPGE/SEED - Retificada	Paraná Página – 7	https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-01/instrucao_normativa_conjunta_0082021_deducdpgeesed_retificada.pdf
Portaria SEDUC/RS nº 282/2022	Rio Grande do Sul Página – 4	https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=804367&fbclid=IwAR2LFerImEqDvDX-4GPCTiEASG3ig5ao0DaqfAeIWWBR5JC-A3Rm3tnf4AQ
Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense	Santa Catarina Página – 113	https://www.cee.sc.gov.br/index.php/downloads/documento_s-diversos/curriculo-base-do-territorio-catarinense/2069-curriculo-base-do-territorio-catarinense-do-ensino-medio-caderno-1/file

Fonte: construção dos autores e da autora

Percebemos uma redução considerável do número de aulas. Além dessa questão, evidenciamos que o componente curricular que era obrigatório em todas as etapas de ensino da educação básica (BRASIL, 1996) passa a ser ceifado em alguns anos do Ensino Médio. Notamos que o estado do Espírito Santo é aquele mais avançado no processo de retirada da Educação Física dessa etapa, possuindo apenas uma aula nos primeiros anos. Observamos que somente no estado do Acre ainda são implementadas duas aulas semanais e a grande maioria dispõe apenas de uma aula semanal. O quadro abaixo, que foi organizado a partir das matrizes curriculares analisadas anteriormente, detalha melhor os dados analisados.

Quadro 3 – Quantidade de aulas e carga horária da Educação Física no Ensino Médio regular por estado em 2023.

Estado	Região	Aulas Semanais para cada ano do Ensino Médio			Carga horária anual para cada ano do Ensino Médio		
		1°	2°	3°	1°	2°	3°
Maranhão	Nordeste	1	1	1	40h	40h	40h
Piauí	Nordeste	1	1	0	40h	40h	0h
Sergipe	Nordeste	1	2	1	40h	80h	40h
Acre	Norte	2	2	2	80h	80h	80h
Amazonas	Norte	1	1	1	40h	40h	40h
Pará	Norte	1	1	1	40h	40h	60h
Rondônia	Norte	1	1	1	40h	40h	40h
Tocantins	Norte	1	2	1	40h	80h	40h
Espírito Santo	Sudeste	2	0	0	80h	0h	0h
São Paulo	Sudeste	2	0	2	80h	0h	80h
Paraná	Sul	2	0	2	80h	0h	80h
Rio Grande do Sul	Sul	1	1	1	40h	40h	40h
Santa Catarina	Sul	2	1	1	64h	32h	32h

Fonte: construção dos autores e da autora.

Essas informações evidenciam um cenário em que após a aprovação e efetivação do novo Ensino Médio, alguns componentes curriculares como Arte, Sociologia e Educação Física passaram a ser desvalorizados e retirados dessa etapa, tendo em vista que não possuem os saberes instrumentais que são cobrados nas avaliações internacionais a que os(as) educandos(as) são submetidos no decorrer de sua formação básica. Ademais, esse processo avaliativo passa a considerar não mais conhecimentos, mas sim, habilidades e competências que precisam ser desenvolvidas para auxiliar nas questões socioemocionais e demandas da vida cotidiana dos(das) estudantes, exemplo nítido de uma proposta pautada nos pressupostos neoliberais (MALDONADO *et al.*, 2022).

Com a redução da carga horária da formação comum de 3200 horas para no máximo 1800 horas (BELTRÃO; TAFFAREL; TEIXEIRA, 2020), a composição do novo currículo do Ensino Médio passou a ser formado pela BNCC e por itinerários formativos. A Educação Física continua a ser obrigatória, mas não mais um componente do currículo, diferente das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática que não sofreram alterações. Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017) destacam que essa nova reformulação escancara ainda mais a existência de uma hierarquização dos saberes existentes no contexto escolar, sendo soberanos os dois componentes citados anteriormente.

Nessa perspectiva, não necessariamente os conhecimentos da Educação Física precisam estar na base comum dos currículos, passando a ser oferecidos a depender do itinerário formativo escolhido pelo(a) estudante ou em alguns estados como disciplinas eletivas. Isso posto, Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020, p. 6) já informavam em seu estudo que “mesmo que a Educação Física seja incluída

como componente curricular nas propostas das redes, provavelmente sua carga horária será menor.” Algo que ficou evidente nas matrizes curriculares analisadas nesse estudo.

Notamos que os estados do Piauí, Espírito Santo, São Paulo e Paraná sofreram com os efeitos dessa política nefasta, sendo observado a retirada da Educação Física de alguns anos. É importante ressaltar que o tempo correspondente de uma aula nos currículos desses estados variam entre 50 a 60 minutos semanais. Devido essa mínima oferta de tempo, os(as) professores(as) do componente curricular sofrem dificuldades para problematizar com profundidade o conjunto de saberes e temas que envolvem as práticas corporais.

Os prejuízos para a formação dos(das) jovens são irreparáveis, havendo um rompimento do processo de reflexão crítica sobre os conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade em relação às questões históricas, fisiológicas, antropológicas, culturais, sociais, políticas e econômicas que atravessam o corpo e as práticas corporais, ocasionando na visão ingênua e acrítica dos educandos e das educandas sobre: a oferta de políticas públicas de acesso às manifestações da cultura corporal; o combate contra o racismo, o machismo, a homofobia, a xenofobia e as discriminações no esporte; uma visão ampliada e crítica de saúde; dentre tantas outras problemáticas contemporâneas sobre os marcadores socioculturais que atravessam as danças, as ginásticas, as lutas, os esportes, os jogos e as brincadeiras na contemporaneidade.

Esses são apenas alguns exemplos que demonstram a importância da aula e do(da) professor(a) de Educação Física em todos os anos do Ensino Médio. Um dos motivos que nos deixa estarecidos é a desvalorização de temas tão importantes em prol da inserção de itinerários formativos com eixos estruturantes que discutem o trabalho criativo e o empreendedorismo na vida do(da) jovem.

Sob essa conjuntura, percebe-se que a Educação Física nesse ciclo de escolarização perdeu o status de obrigatória e sua condição de componente curricular não está assegurada (BELTRÃO; TAFFAREL; TEIXEIRA, 2020). Nessa lógica, essa desvalorização já era esperada, principalmente quando das sete competências estabelecidas para essa etapa da Educação Básica na BNCC do Ensino Médio, apenas uma menciona, de forma explícita, habilidades que trazem no seu bojo as práticas corporais, que se tornaram o objeto de estudo da Educação Física Escolar (compreender os processos de produção e negociação de sentidos nas práticas corporais, reconhecendo-as e vivenciando-as como formas de expressão de valores e identidades, em uma perspectiva democrática e de respeito à diversidade).

Outra questão importante que devemos mencionar é que quando o referido documento curricular nacional apresenta cinco competências que perpassam todos os componentes curriculares da área de Linguagens, sem especificar problemáticas vinculadas com as manifestações da cultura corporal, fragiliza ainda mais a Educação Física, pois a tradição dos saberes vinculados às línguas

materna e estrangeira possuem maior valorização para reforçar as premissas de um ensino instrumental (MALDONADO; VELLOSO, 2022).

Dessa forma, Neira (2018) ressalta que existem incoerências e inconsistências na BNCC e que os(as) professores(as) precisam assumir uma postura crítica, combativa e questionadora em relação a essa política conservadora que está sendo imposta aos(às) estudantes brasileiros(as).

Ressaltamos que esse processo de resistência se torna cada dia mais urgente, pois, em diálogo com Beltrão, Taffarel e Teixeira (2020), enfatizamos que a reforma do Ensino Médio incorporou na educação pública comportamentos e processos típicos do campo empresarial, dentre eles, a meritocracia, a competição, a gestão por resultados, a concorrência, a desregulamentação, o pagamento por mérito ou incentivos, fomentando uma maior participação da iniciativa privada.

Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017, p. 62) explicam essa conjuntura ao afirmarem que no atual Ensino Médio busca-se “impor o profissionalismo estreito e precoce, a retirada de conhecimentos fundamentais à formação estética, ética e crítica dos(das) estudantes, em troca de uma falsa flexibilidade curricular”. Dessa forma, com um discurso político voltado para a profissionalização precoce da classe trabalhadora, alguns componentes vistos como desnecessários para esse projeto podem desaparecer do currículo escolar.

Vale destacar que alguns(mas) professores e professoras relatam não entender de forma efetiva a política curricular atual para o Ensino Médio, por conta das extenuantes jornadas de trabalho que inviabilizam horários específicos para reflexão sobre a temática em tela. Desse modo, a compreensão sobre o impacto das alterações impostas pela BNCC na sua atuação docente fica prejudicada (ROMIG *et al.*, 2022). Isso posto, percebe que discussões mais aprofundadas se restringem, em determinados contextos educacionais, aos(às) profissionais da educação que atuam no âmbito universitário, dificultando uma luta coletiva em prol da revogação desse documento e a participação efetiva na construção de uma estrutura educacional democrática e crítica para as juventudes. Ademais, esses(as) educadores(as) assistem de forma estarecida a plataformização do seu trabalho potencializada por sistemas de ensino sob controle das entidades financeirizadas.

Na contramão do discurso tecnicista e conservador das pautas em vigor, Gariglio, Almeida Junior e Oliveira (2017) reafirmam a importância que a Educação Física tem para o Ensino Médio, devendo oportunizar aos(às) alunos e alunas a retomar as experiências, vivências e aprendizagens elaboradas no decorrer da educação básica, bem como a estruturação de novos sentidos e significados das práticas corporais nessa etapa formativa.

Destarte, evidenciamos que a proposta estruturada pelos(as) reformadores(as) empresariais da educação e implementada no Ensino Médio em todo cenário nacional impõe barreiras para o processo de participação e oportunidade de acesso às práticas corporais dos(das) estudantes, não

potencializando as possibilidades existentes em suas culturas, desenvolvendo, dessa forma, uma educação alienante com ênfase para o mercado de trabalho cada vez mais precário, excludente, sem direitos e uberizado (BELTRÃO; TAFFAREL; TEIXEIRA, 2020). Para Sousa Neto e Húngaro (2022), o trabalho uberizado se coloca como o suprassumo da exploração da força de trabalho através do uso de plataformas digitais, cujo trabalhador recebe apenas por atividade realizada sem a garantia de retorno financeiro e sem a concessão de direitos trabalhistas.

Assim, concordamos com Velloso, Maldonado e Freire (2022) quando as autoras e o autor defendem que apenas a revogação da reforma do Ensino Médio e da BNCC desse ciclo de escolarização pode novamente transformar a Educação Física em um componente curricular necessário para produzir uma formação crítica para a juventude sobre os saberes históricos, sociais, econômicos, políticos, biológicos e fisiológicos das práticas corporais, com a intencionalidade de subverter as injustiças e desigualdades propiciadas por um sistema educativo que se submete às amarras do neoconservadorismo brasileiro. A saber, a educação não é apenas preparação para operar no mundo, mas também para operar num mundo. Algo muito mais complexo e exigente (MORAES, 2023).

PARA CONCLUIR – PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO E DA BNCC: ESPERANÇA EQUILIBRISTA DE RESGATAR A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Em um contexto de ruptura política experienciado pelo Brasil desde 2016, a aprovação da BNCC deixou de lado posicionamentos, debates e pesquisas que foram construídos durante décadas, justificando o caráter arbitrário do referido documento curricular, que foi elaborado sem a participação efetiva da sociedade. Assim, percebe-se a lógica de mercado com grande intensidade moldando a função da escola, o ser professor, a formação dos sujeitos e suas subjetividades, os processos pedagógicos e o currículo, que são projetados pelo engodo do espírito empreendedor, do individualismo e da competitividade, levando o(a) trabalhador(a) a acreditar na ilusão de que ele(ela) é o único responsável por suprir suas condições de vida (BARBOSA; DEIMLING, 2022).

Assim, tendo em vista a verticalidade dos conhecimentos estabelecidos, a hierarquização dos saberes e a standardização das ações educativas, os propósitos estabelecidos na BNCC e a total desvalorização da Educação Física no Ensino Médio, necessitamos de união em prol da revogação das medidas legislativas e curriculares que estruturam essa etapa da educação básica no Brasil.

Desse modo, fazendo referência à carta aberta pela revogação da reforma do Ensino Médio, publicada na revista Retratos de Escola no ano de 2022, mencionamos que o projeto de educação

estabelecido atualmente no Brasil para esse ciclo de escolarização se tornou avesso à democracia, à equidade e ao combate das desigualdades educacionais, uma vez que

fragiliza o conceito de ensino médio como parte da educação básica, assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, na medida em que esta etapa deixa de ser uma formação geral para todos. A incorporação do ensino médio na educação básica foi uma conquista recente do processo de democratização, e ainda não consolidada. Diante de um ensino secundário historicamente elitista, estratificado e propedêutico, a integração do ensino médio à educação básica foi uma medida importante para democratizar esta etapa, juntamente com a garantia de oferta de ensino noturno adequado às condições dos estudantes trabalhadores e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, ambos negligenciados pela Lei 13.415/2017 (CARTA ABERTA PELA REGOVAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO, 2022, p. 669).

Em vista disto, defendemos que exista uma democratização da participação coletiva de todos(as) os(as) profissionais da educação, professores(as), estudantes e comunidade escolar na estruturação de um possível documento curricular nacional em nosso país, assim como na organização de um novo aparato legislativo para o Ensino Médio. Além disso, não podemos deixar de mencionar a importância de se implementar uma política educativa que melhore a infraestrutura das escolas, o salário dos(das) docentes e as suas condições de trabalho, possibilitando uma efetiva valorização do processo educacional no território brasileiro.

Que entoe a esperança equilibrada para o recrudescimento de forças democráticas na e pela Educação Física Escolar, contrárias a um projeto neoliberal que desvia a formação crítica e reflexiva das classes subalternas, com destaque para a juventude que esteve nos últimos quatro anos em estado de dominação e opressão sobre os direitos sociais. É, pois, necessário nos comprometermos com uma política educacional para as juventudes que denuncia a segregação e marginalização social cuja práxis pedagógica esteja alicerçada e fundamentada pelos conceitos de formação politécnica e *omnilateral* (RAMOS, 2017), estabelecendo a categoria trabalho como princípio educativo e não condição de exploração pela produção de mão de obra barata em mercadorização juvenil.

É nesse lugar possível que “a esperança equilibrada sabe que o show de todo artista tem que continuar”, sustentada de uma dimensão ética e estética, que professores e professoras de Educação Física que lecionam no Ensino Médio resistiram nos últimos anos, efetivando uma prática político-pedagógica que resgata a possibilidade do componente curricular continuar relevante socialmente para ampliar a leitura de mundo dos(das) jovens sobre as práticas da cultura corporal (ABREU, 2022; MALDONADO, 2022; MALDONADO; KAWASHIMA, 2022), produzindo pistas a elaboração de uma política curricular do componente democrática, crítica, sensível e libertadora.

Portanto, consideramos que as práticas político-pedagógicas transgressoras produzidas por docentes de Educação Física (MALDONADO; NEIRA, 2022; MALDONADO, 2023) precisam ser consideradas na elaboração de um currículo nacional, potencializando a intelectualidade do professorado para a organização de um sistema educativo que efetivamente possibilite a construção do pensamento crítico e politizado das juventudes brasileiras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Samara Moura Barreto de. Fotonarratividade e ensino remoto: revelações do corpo consciente no ensino médio integrado. **Corpoconsciência**. Cuiabá-MT, v. 26, n. 1, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/13339>. Acesso em: 20/06/2023.

ARAUJO, Raffaella Andressa dos Santos; ROCHA, Aurine Carvalho. Novo Ensino Médio na contramão da formação omnilateral: uma rasteira político-pedagógica na Educação Física e a resistência no IFMA campus Buriticupu. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. São Paulo. Ano VIII, v. 1, p. 27-41, 2022. Disponível em: https://www.rebescolar.com/files/ugd/efbe2f_33d38e8de1b5481d984dbca172fe4763.pdf. Acesso em: 20/06/2023.

BARBOSA, Everton Koloche Mendes; DEIMLING, Natalia Neves Macedo. Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: impasses para a democratização da escola pública. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, e2137, 2022. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22/articles/2137-barbosa-deimling.pdf>. Acesso em: 20/06/2023.

BARRETO, Samara Moura. Quanto riso, oh, quanta alegria! Visita do Ministro de Educação ao IFCE. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 24 de fevereiro de 2023. Artigo de Opinião. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colaboradores/quanto-riso-oh-quanta-alegria-visita-do-ministro-de-educacao-ao-ifce-1.3338730>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.
BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BELTRÃO, José Arlen; TEIXEIRA, David Romão; TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. A educação física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 656-680, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7024>. Acesso em: 20/06/2023.

CARTA PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO (LEI Nº 13.415/2017). **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 35, p. 667-682, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1611/1128>. Acesso em: 20/06/2023.

CORRÊA, Shirlei de Souza; THIESEN, Juarez da Silva; HENTZ, Isabel Cristina. Contribuições para o estado da arte: o que apontam as pesquisas sobre a reforma do Ensino Médio? **e-Curriculum**. São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1574-1602, 2022. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/55052>. Acesso em: 20/06/2023.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do Ensino Médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 38, n. 139, p. 293-308, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/cLyHwCQFR8r97gxFCJtcGHM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/06/2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GARIGLIO, José Ângelo; JUNIOR, Admir Soares Almeida; OLIVEIRA, Cláudio Márcio. O “Novo” Ensino Médio: implicações ao processo de legitimação da Educação Física. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 53-70, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p53>. Acesso em: 20/06/2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física Escolar na educação profissional de nível médio: evidenciando o trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Formação RBCE**, v. 13, n. 2, p. 17-29, 2022. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/cadernos/article/view/2604>. Acesso em: 20/07/2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira. Educação Física no Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular: contextos, implicações e resistências. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**. Boa Vista/RR, p. 70-84, maio, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1105>. Acesso em: 05/08/2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira; KAWASHIMA, Larissa Beraldo. Educação Física na rede federal em tempos pós-pandêmicos e de reformas neoliberais. **Corpoconsciência**. Cuiabá-MT, v. 26, n. 1, p. 86-103, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/corpoconsciencia/article/view/13398>. Acesso em: 20/06/2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira; NEIRA, Marcos Garcia. Resistências e Transgressões na prática político-pedagógica da Educação Física. **Currículo sem Fronteiras**. v. 22, e1866, 2022. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/maldonado-neira.pdf>. Acesso em: 20/06/2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira; VELLOSO, Livia Roberta da Silva. Reforma do Ensino Médio, Base Nacional Comum Curricular e Educação Física nos Institutos Federais: contradições societárias e politécnica. **Revista Didática Sistemica**. v. 24, n. 2, p. 81-93, 2022. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/14397>. Acesso em: 20/07/2023.

MALDONADO, Daniel Teixeira e colaboradores. Abordagem progressista na educação física escolar. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. São Paulo, v. 3, n. 7, p. 104-118, 2022. Disponível em: https://www.rebescolar.com/_files/ugd/99e0c4_36a65908ade9412f83c4c29c68c690f5.pdf. Acesso em: 20/06/2023.

MARTINS, Raphael Moreira; FARIAS, Alison Nascimento; ABREU, Samara Moura Barreto. Análise de livros didáticos de Educação Física do PNLD do Ensino Médio integrado: implementação de matriz de referência. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. São Paulo, Ano VIII, v. 1, p. 56-72, 2022. Disponível em: https://www.rebescolar.com/_files/ugd/efbe2f_65823588c1e046e6b2ff65be2521ac39.pdf. Acesso em: 20/06/2023.

MOLINA NETO, Vicente. Menos Educação Física, menos formação humana, menos educação integral. **Movimento**. Porto Alegre, v. 29, e29001, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/125819>. Acesso em: 20/07/2023.

MOLINA NETO, Vicente e colaboradores. A Educação Física no Ensino Médio ou para entender a era do gelo. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 87-105, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p87>. Acesso em: 20/06/2023.

MOTTA, Vânia Cardoso; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? Medida provisória Nº 746/2016 (Lei Nº 13.415/2017). **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 38, nº. 139, p. 355-372, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDtk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/06/2023.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Reforma do ensino médio. **A terra é redonda**, 2023. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/reforma-do-ensino-medio/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2023-02-15. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Elizeu Costacurta. Reforma do Ensino Médio: subordinação da formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Trabalho Necessário**. v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479>. Acesso em: 20/06/2023.

NEIRA, Marcos Garcia. Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 40, p. 215-223, 2018. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/2522>. Acesso em: 20/06/2023.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**. v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356>. Acesso em: 22/06/2023.

RAMOS, Marise; PARANHOS, Michelle. Contrarreforma do Ensino Médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Retratos da Escola**. Brasília, v. 16, n. 34, p. 71-88, jan./abr., 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1488>. Acesso em: 20/06/2023.

ROMIG, Igor Darlan Krause e colaboradores. Conteúdos de Educação Física escolar e a implantação da BNCC. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 1- 19, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/86495>. Acesso em: 20/06/2023.

SAVIANI, Demerval. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei. **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 27-46.

SILVA, João Luís Coletto; SILVEIRA, Eder da Silva. A educação física escolar na reforma do Ensino Médio: um problema de justiça curricular. **Revista Espaço Pedagógico**. Passo Fundo, v. 30, e14399, 2023. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14399>. Acesso em: 20/07/2023.

SILVA, Monica Ribeiro; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Educação na contramão da democracia – a reforma do Ensino Médio no Brasil. **Trabalho Necessário**. v. 19, n. 39, p. 6-14, maio-agosto, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/50143>. Acesso em: 20/06/2023.

SOUSA NETO, Valmir Arruda de; HÚNGARO, Edson Marcelo. Como a indústria fitness se uberiza. **Outras Palavras**, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/como-a-industria-fitness-se-uberiza/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

SOUZA, Maristela da Silva; RAMOS, Fabrício Krusche. Educação Física e o mundo do trabalho: um diálogo com a atual Reforma do Ensino Médio. **Motrivivência**. Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 71-86, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2017v29n52p71>. Acesso em: 20/06/2023.

VELLOSO, Livia Roberta da Silva; MALDONADO, Daniel Teixeira; FREIRE, Elisabete dos Santos. Educação Física no Ensino Médio integrado: movimentos de resistências em tempos de currículos

padronizados e políticas neoliberais. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**. São Paulo, Ano VIII, v. 1, p. 8-26, 2022. Disponível em: https://www.rebescolar.com/files/ugd/efbe2f_6f0be2779a8c42829497e3e6c45a55a5.pdf. Acesso em: 20/06/2023.

NOTAS DE AUTOR

AGRADECIMENTOS - Não se aplica

FINANCIAMENTO - Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM - Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES - Não há conflito de interesses

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Motrivivência - ISSN 2175-8042** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution Non-Comercial ShareAlike](#) (CC BY-NC SA) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, desde que para fins **não comerciais**, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico desde que adotem a mesma licença, **compartilhar igual**. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico, desde que para fins **não comerciais e compartilhar com a mesma licença**.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. LaboMídia - Laboratório e Observatório da Mídia Esportiva. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Mauricio Roberto da Silva, Giovani De Lorenzi Pires, Rogério Santos Pereira.

EDITOR DE SEÇÃO

Luciana Fiamoncini

REVISÃO DO MANUSCRITO E METADADOS

Juliana Rosário; Maria Vitória Duarte

HISTÓRICO

Recebido em: 11.04.2023

Aprovado em: 18.08.2023

